



RESOLUÇÃO

14 e 15 de fevereiro de 2019

Greve Nacional da Administração Pública

FESAP e FNE apelam à mobilização e à unidade dos trabalhadores

A **FESAP** e a **FNE** convocaram uma Greve Nacional para os dias 14 e 15 como forma de **demonstração do descontentamento dos trabalhadores face ao modo como o Governo tem conduzido as políticas remuneratória e de carreiras da Administração Pública.**

Estes motivos, não sendo os únicos, são sem dúvida aqueles nos quais se revê a vasta maioria dos trabalhadores, seja qual for o setor ou a carreira considerados.

Como resultado, temos hoje trabalhadores desmotivados, mal remunerados, em carreiras desajustadas e sem perspetivas de progressão. **É por isso o momento de os trabalhadores da Administração Pública dizerem ao Governo, através de uma forte adesão à Greve, que estão unidos e que não desistirão de lutar pelos seus direitos.**

Os sucessivos aumentos da retribuição mínima, sendo desejáveis, **têm ao mesmo tempo vindo a provocar situações de grande injustiça** quando verificamos que a vasta maioria dos trabalhadores têm os seus salários congelados desde 2009.

Com esta Greve, os trabalhadores pretendem inverter a trajetória de perda de poder de compra, levando o Governo a abandonar a política de baixos salários, enveredando por políticas de emprego que valorizem e dignifiquem os salários e as carreiras de todos os trabalhadores.

Os sindicatos da **FESAP** e da **FNE** **não podem aceitar que o Governo mantenha uma política salarial que insiste em aproximar o salário médio do salário mínimo e que**

promove verdadeiros “apagões” do tempo de serviço prestado para efeitos de progressão nas carreiras, o total corrompimento da Tabela Remuneratória Única e dos pressupostos do próprio sistema de avaliação de desempenho (SIADAP).

Como exemplo, note-se que os trabalhadores que agora passam a auferir 635 euros, em virtude do aumento da remuneração mínima, e que, segundo o Governo, perderão os pontos de avaliação acumulados, só em 2029 poderão, eventualmente, vir a mudar de posição remuneratória.

Este é apenas um exemplo de como **a engenharia financeira do Executivo utiliza a remuneração dos trabalhadores para fazer poupanças**, ao mesmo tempo que tenta passar a imagem de que está a dar alguma coisa aos trabalhadores quando, na realidade, está a retirar-lhes o direito a uma carreira condigna.

Perante este embuste, a **FESAP** e a **FNE envidarão todos os esforços para que seja contado todo o tempo de serviço de todos os trabalhadores para efeitos de progressão nas carreiras, recorrerão às instâncias judiciais nacionais (Provedor de Justiça) e internacionais (Provedor de Justiça Europeu)** e os seus sindicatos apoiarão todos os trabalhadores que pretendam apresentar queixas para fazer valer os seus direitos no que respeita à contagem do tempo de serviço e à conseqüente progressão na carreira.

Nos dias 14 e 15 de fevereiro, os trabalhadores vão mostrar ao Governo que não pode manter a confusão que gerou e que tem alimentado sobre o que são aumentos salariais e o que são progressões nas carreiras, a qual tem gerado interpretações injustas e incorretas junto da população, em geral, e até de alguns setores da Administração Pública, **tentando fazer crer que estão a ser dados aos trabalhadores do Estado benefícios que, na realidade, não são mais do que direitos adquiridos e que não têm sido respeitados.**

Esta Greve serve ainda para exigir políticas concretas de valorização dos trabalhadores da Administração Pública, reconhecendo a sua importância na prestação de serviços públicos de qualidade aos cidadãos, particularmente em áreas fundamentais como sejam a Saúde, a Educação, a Segurança Social, a Justiça, entre outras.

Assim, nos dias 14 e 15 de fevereiro, os trabalhadores da Administração Pública estarão em Greve reivindicando:

- aumentos salariais para todos os trabalhadores, colocando um ponto final no congelamento salarial que continua a afetar a vasta maioria dos trabalhadores da Administração Pública e das Entidades com Fins Públicos;
- atualização do subsídio de refeição e das ajudas de custo;

- respeito pela avaliação de desempenho, nomeadamente através da contagem de todos os pontos e de todo o tempo de serviço de todos os trabalhadores para efeitos de progressão nas carreiras;
- a revisão da tabela remuneratória única, restabelecendo a racionalidade e a justiça entre posições remuneratórias e carreiras;
- a revisão das carreiras gerais e negociação da criação de carreiras específicas nas mais diversas áreas, como são os casos da saúde e da educação;
- **a conclusão dos processos de revisão de carreiras subsistentes, inalteradas e não revistas em curso e a abertura de processos negociais de carreiras que, incluindo-se nesse conjunto, têm processos negociais estagnados, como sejam, as carreiras da RIAC (Açores); as carreiras da AT; as carreiras de polícia municipal, fiscalização municipal e bombeiros; as carreiras de inspeção externa do Estado; as carreiras dos registos e notariado; a carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica; a carreira de oficial de justiça; as carreiras do IGFSS; as carreiras do IPMA; as carreiras de informática, entre outras;**
- o cumprimento da norma constante da Lei do Orçamento de Estado para 2019 que determina que o Governo negocie o prazo e o modo da recuperação integral do tempo de serviço congelado, para todas as carreiras que ainda não viram reconhecido este direito;
- o fim efetivo da precariedade que continua a marcar negativamente vários setores, e que sustenta indevidamente o funcionamento das escolas básicas e secundárias e em muitas circunstâncias o ensino superior;
- o cumprimento dos acordos coletivos celebrados, em particular os referentes aos trabalhadores com contrato individual de trabalho dos hospitais EPE, garantindo o direito à carreira e à aplicação das 35 horas de trabalho semanal sem redução salarial;
- a promoção e dinamização da negociação coletiva em todas as entidades com fins públicos;
- o direito à formação contínua, que continua a ser escassa ou inexistente em todos os níveis da Administração Pública;
- o alargamento da ADSE aos trabalhadores com contrato individual de trabalho;
- o direito à saúde e segurança no trabalho, direito este que o empregador Estado insiste em não respeitar, afirmando-se como um dos piores exemplos nesta matéria;
- o incremento das mobilidade intercarreiras e respetiva consolidação;
- a alteração da política de admissões, procedendo ao recrutamento de novos trabalhadores após realização de um levantamento exaustivo das necessidades permanentes dos serviços.

A FESAP e a FNE condenam o atual estado da negociação coletiva na Administração Pública e manifestam a total disponibilidade dos Sindicatos das duas federações para desenvolver processos negociais com resultados, retirando o protagonismo negocial de sedes que não são as próprias e recolocando-o nos sindicatos enquanto legítimos representantes dos trabalhadores.

As duas Federações manifestam ainda total apoio às ações de luta que os trabalhadores dos vários setores da Administração Pública estão a desenvolver tendo em vista a valorização e a dignificação das suas carreiras e o fim da política de baixos salários.

A ausência de respostas e compromissos concretos e sérios relativamente às reivindicações apresentadas representarão a manutenção dos pressupostos que estão na base da convocação desta Greve, facto que conduzirá, inevitavelmente, ao desenvolvimento de mais ações de luta.

Os dirigentes, delegados e ativistas sindicais da FESAP e da FNE presentes na concentração convocada para hoje, 14 de fevereiro de 2019, junto do Ministério das Finanças, aprovam o presente documento e a sua entrega ao Ministro das Finanças, de modo a frisar, uma vez mais, as razões que conduziram à convocação desta grande jornada de luta, e instando o Governo a dar passos firme e decididos no sentido da resolução das questões que mais preocupam os trabalhadores, retomando a normalidade há muito prometida.

Lisboa, 14 de fevereiro de 2019